CONTRATO Nº 035/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAMO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE E A FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DO ESTADO DA BAHIA – CATA BAHIA.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE**, CNPJ nº 13.937.123/0001-03, situada à Av. Luiz Viana Filho, 200, 3ª Plataforma, 2ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP: 41.745-003 Salvador-BA, neste ato representado pelo seu titular, **Sr. AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 837604745 SSP/BA e do CPF nº 798.142.985-49, autorizado pelo Decreto Simples publicado no D.O.E. de 10/01/2025, doravante denominado Contratante e a **FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DO ESTADO DA BAHIA - CATA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.740.544/0001-46, sediada na Rua Almeida Brandão,nº54, Plataforma, Bahia, CEP: 40.710-500 SALVADOR – BAHIA, doravante representada pela **Sra.** Annemone Santos da Paz, portador da cédula de identidade nº 09.459.606-97, emitida por SSP-BA, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 013.327.415-25, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado Contratada resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos do Processo Administrativo SEI **021.2141.2025.0002222-13**, decorrente da Contratação direta **(dispensa nº 024/2025),** que se regerá Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço da **COLETA SELETIVA no São João, no município de Salvador, esquina da Rua José Gonçalves com a Rua Guedes de Brito, Pelourinho, S/N** nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).
1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:

a) TR/Habilitação;
b) Proposta da Contratada;
c) ato que autorizou a contratação direta;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do Contrato, observado o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).
3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor JÚLIO SILVA SANTANA, matrícula: 92091069
3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): Eric Macedo dos Santos, matrícula(s): 92005777

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

LOTE ___						
ITEM	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO MENSAL**
1	**03.33.21.0 0003072-4**	**APOIO A COLETA SELETIVA, aos catadores/ de materiais recicláveis em coleta seletiva**	**Unidade**	**1**	R$ 69.329,00	
				VALOR ESTIMADO GLOBAL		**R$ 69.329,00**

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R$ 69.329,00 (sessenta e nove mil e trezentos e vinte e nove reais).

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.
5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da **data do orçamento estimado** (art. 92, inc. V, e §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos doart. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021, sob pena de preclusão.
7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.
7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021);

7.12 No caso de contratações de obras e serviços de engenharia, a hipótese de que trata a subcláusula 7.8.1 abrange as situações em que a execução contratual seja obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias à Contratada (art. 124, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no (x) TR/Habilitação e demais componentes ( ) aviso ou instrumento de contratação direta, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;

e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;

g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;

j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições

adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho;

8.1.1 O Contratante, no prazo de10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;

b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s)para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à

Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou no procedimento de contratação direta;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;

j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação e/ou Projeto Básico;

q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);
r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;
u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;
v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados,

cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;
w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;
z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;
aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;
bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação ou no procedimento de contratação direta;
cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;
dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;
ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;
gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;
hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;
jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

II) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadasno art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021.
10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadasno art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.
10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.
10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei n° 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei n° 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei n° 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei n° 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei n° 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal n° 14.133/2021 e art. 47, §3°, da Lei n° 14.634/2023).
10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei n° 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1°, da Lei n° 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal,** incidente sobre o valor global do contrato, será de: 30% (trinta por cento) (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

NOTA: não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: 15% (quinze por cento) (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 1% (um por cento) (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 1% (um por cento).

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de 1% (um por cento), incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto,devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele

fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	PAOE	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE GESTORA
3.21.101 – APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021):

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da LeiFederal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contratoque se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.5 Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da

Lei Federal n° 14.133/2021).
13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.8 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do Contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (art. 128 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.9 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.10. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei n° 12.209/2011 e do Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto n° 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.
16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.
16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.
16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, de contratação direta ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.
17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.
17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.
17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador, 18 de Junho de 2025.

AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE

Annmone Santos da Paz

ANNMONE SANTOS DA PAZ
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DO ESTADO DA BAHIA - CATA BAHIA

Testemunhas

CPF: 027.879.125-02

CPF:

TERMO DE REFERÊNCIA

()CONTRATAÇÃODELEGADA
()SISTEMADEREGISTRODEPREÇOS

()LICITAÇÃO
(x)CONTRATAÇÃODIRETA

(ProcessoAdministrativonº021.2141.2025.0002222-13)

1. CONDIÇÕESGERAISDACONTRATAÇÃO

Objeto:

(x)Serviço:Coletaseletiva;

As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas nesteTermo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação), observado o disposto na tabela abaixo.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/ Item	CódigoSIMPAS	Descrição	Unidadede Fornecimento(UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
	1	03.33.21.00003072-4	APOIO A COLETA SELETIVA, aos catadores/as demateriais recicláveise, coleta seletiva.	Unidade	01	06(seis)meses

Asespecificaçõesdoobjetoconstam:

()dadescriçãoabaixo:(.....)

(x)doanexointegrantedesteTR/Habilitação

Na contratação de que trata este TR/Habilitação não será exigida da contratada a realização de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

O prazo de vigência do Contrato é de 06 (seis) meses, a**contar da data** da (**x**) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição daAutorização de Prestação de Serviços –APS**, observado o artigo 105 da Lei Federal n° 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃOEDESCRIÇÃOCOMOUMTODO,CONSIDERANDOOCICLODE VIDA DO OBJETO

A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:

(x)emtópicopróprio do Estudo Técnico Preliminar ( )

na descrição a seguir: (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OJETO

A descrição da solução como um todo está especificada:

(x)emtópicopróprio do Estudo Técnico Preliminar ( )

na descrição a seguir: (...)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Não serão definidos critérios e práticas de sustentabilidade na contratação, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI 00116480062**.

Indicação de marcas ou modelos

A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Exame de adequação do objeto (amostras, exame de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Vistoria

Não será exigida a realização de vistoria prévia.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia

Garantia de proposta

Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Garantiadacontratação

Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação,**doc. SEI 00116480062** (art. 96, caput, da Lei Federal n° 14.133/2021).

A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1°, inc. I, da Lei Federal n° 14.133/2021).

Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida públicaou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no**prazo de 10 (dez) dias**, **após**( ) autorização da contratação direta (x) assinatura do Contrato.

Nahipótesedegarantianamodalidadesegurogarantia:

a) deverá ser prestada em **até 10 (dez) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

b) tratando-se de contratação direta, ou na hipótese de contratação oriunda do SRP, a garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.

c) a apólice vigorará **por 60 (sessenta) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal n° 14.133/2021).

d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).

f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

beneficiários do PRO-TRABALHO.

Será destacado na fatura mensal o quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, acompanhados dos valores pertinentes, conforme as cláusulas e condições indicadas nos subitens seguintes.

A aferição do quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO que deverá ser destinado pela contratada para a execução do Contrato será realizada mensalmente a partir do documento utilizado para emissão das guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e de FGTS correspondente aos trabalhadores que não se encontram nessa condição.

Na aferição de que trata o subitem 5.6.4.3 deverão ser excluídos os próprios trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, qualquer que seja a sua condição desegurado da previdência social.

Ao formular sua proposta e participar do certame, o licitante declara sua concordância em destinar parcela de quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do PRO-TRABALHO.

As vagas a serem disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO serão definidas conforme a Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB n° 001/2018, observando-se:

a) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for igual ou menor que 05 (cinco), a contratação de que cuida o PRO-TRABALHO será facultativa;

b) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato estiver entre 06 (seis) e 19 (dezenove), deverá haver a disponibilização de, no mínimo, uma vaga;

c) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for de 20 (vinte) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes;

d) quando o resultado da aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) for acima de número inteiro, será considerado, para fins de contratação dos trabalhadores do PRO-TRABALHO, o número inteiro desconsiderando-se a fração.

Apenas os beneficiários do PRO-TRABALHO que cumprem pena em regime semiaberto ou aberto, nos termos do art. 33 do Código Penal Brasileiro c/c arts. 36, 110 e 119 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), não estão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme §2º do art. 28 da Lei Federal n°7.210/1984.

A remuneração e os encargos concernentes aos beneficiários do PRO-TRABALHO indicados no subitem anterior que não estão sujeitos ao regime da CLT observará a legislação pertinente, nos termos do §2º do art. 28 c/c art. 29 da Lei Federal n° 7.210/1984.

Por ocasião da efetiva execução do Contrato, deverá ser anexada à fatura mensalde prestação de serviços ou de realização da obra relação do contingente de trabalhadores oriundos do PRO-TRABALHO que, na forma do subitem 5.6.4.5.1, não estão sujeitos ao regime da CLT.

A aplicação do Programa deverá observar os critérios previstos nos arts. 36 e 37 da Lei de Execução Penal, bem como quaisquer exigências, impedimentos, incompatibilidades ou vedações legais à contratação de pessoas presas e egressas do sistema prisional.

O licitante, uma vez contratado, deverá atender também às obrigações concernentes ao PRO-TRABALHO, nos termos disciplinado nos subitens seguintes.

Observar as disposições do Decreto n° 14.764/2013, e da Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018.

Apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de

Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Oemitentedagarantiaofertadapelacontratadadeveráserintimadopelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.

O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR/Habilitação.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

Participaçãodepessoasjurídicasreunidasemconsórcio

()Sim

(x)Não,conformejustificativaconstantedoprocessoadministrativodequetrataeste TR/Habilitação, **doc. SEI** 00116480062 (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

5. MODELODEEXECUÇÃODOOBJETO

Formadeentrega

Osbenssserãoentreguesdeumaúnicavez,noprazode10(dez)dias,acontar: (x) da assinatura do Contrato ()dasubscriçãodaAutorizaçãodeFornecimentodeMaterial–AFM

Local da entrega

Asespecificaçõesdoendereçoparaentregadoobjetoconstam: (x) do anexo integrante deste TR/Habilitação

()dadescriçãoabaixo(...)

Garantia,manutençãoeassistênciatécnica

O prazo legal de garantia técnica será de**30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de**90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, incs. I e II, do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

Informaçõesrelevantesparaodimensionamentodaproposta

AsinformaçõesrelevantesparaodimensionamentodapropostaconstamdesteTR/Habilitação.

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

O licitante deverá anexar junto à sua proposta declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

Tratando-seaquisiçõesdebens,olicitantedeverá:

Informar no campo da descrição do formulário eletrônico a marca do produto, conforme exigido no subitem 4.2.

O não preenchimento, pela licitante, no formulário eletrônico, da marca, implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.

Nos casos em que a marca identifica o proponente, deve-se colocar expressão como “marca própria” ou “marca do fabricante”, sob pena de não admissão da proposta.

Regimedeexecução

Condiçõesdeexecução

Aexecuçãodoobjetosedarádaseguinteforma:

Oprazodeexecuçãodoobjetoseráde06(seis)meses,acontardadata (x) da assinatura do Contrato

()dasubscriçãodaAutorizaçãodePrestaçãodeServiços–APS.

Local da execução

As especificações do endereço para execução do objeto constam: (x) do anexo integrante deste TR/Habilitação

()dadescrição abaixo

Materiaisaseremdisponibilizados

Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e adequadas.

Garantia,manutençãoeassistênciatécnica

O prazo legal de garantia será de**30(trinta)dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos duráveis, contado da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços (art. 26, incs. I e II, e §1º, do CDC).

Informaçõesrelevantesparaodimensionamentodaproposta

AsinformaçõesrelevantesparaodimensionamentodapropostaconstamdesteTR/Habilitação.

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

Informaçõesrelevantesparaodimensionamentodaproposta

As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

O licitante está obrigado a destinar parcela do quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRO-TRABALHO), instituído pelo Decreto nº14.764, de 03 de outubro de 2013, quando a quantidade de trabalhadores necessáriosparaaexecuçãodoContratoqueseráfirmadoentrea Administraçãoeolicitante vencedor seja igual ou superior a 06 (seis), observadas as demais previsões do mencionado Decreto.

Caso a quantidade de trabalhadores necessária para a execução do Contrato administrativo seja igual ou inferior a 05 (cinco), será facultativa a destinação de parcela dos trabalhadores aos

05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregadosselecionadospeloSINEBAHIAcombasenoscadastrosmantidospelaSEAPeque se enquadrem como beneficiários do PRO-TRABALHO, observados os quantitativos definidos e as categorias indicadas art. 6º, incs. I e II, do Decreto nº 14.764/2013, comprovando a sua efetiva contratação.

Manter durante todo o tempo da execução do Contrato, incluindo-se suas prorrogações, no limite determinado pela legislação, a relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO e aquelas necessárias àexecução dos serviços relacionados ao Contrato.

Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, que, no prazo de até 24 horas, deverá repassar essa comunicação à Diretoria de Integração Social/Superintendência de RessocializaçãoSustentável/SEAP,afaltaaotrabalhooudesligamentodobeneficiáriodoPRÓ-TRABALHO, observando-se, ainda, que:

a) após o desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, a empresa contratada terá o prazo deaté05(cinco)diasúteisparaprovidenciaropreenchimentodavagaemaberto,comoauxílio da SETRE, o que será objeto de acompanhamento por parte do fiscal do Contrato;

b) não havendo candidato apto para o preenchimento da vaga disponível, caberá à SETRE emitir atestado com tal informação, entregando-o à empresa contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação acerca da necessidade de contratação de novo beneficiário do PRO-TRABALHO; e

c) a contratada poderá preencher a vaga com terceiros não beneficiários do PRO-TRABALHO, caso a SETRE não cumpra com o prazo estabelecido na alínea "b" acima, observado o subitem 5.6.4.5.3.6.

Em caso de regressão do regime de cumprimento da pena do empregado beneficiário do PRO-TRABALHO ou de qualquer outro fato que possa ensejar o seu desligamento da empresa que o contratou nos termos do Decreto n° 14.764/2013, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga surgida, observando os mesmos prazos e procedimentos definidos no subitem 5.6.4.5.3.4.

O não cumprimento da cota reservada para beneficiários do PRO-TRABALHO só será tolerado quando a contratada apresentar atestado emitido pela SEAP informando a inexistência de beneficiário do mencionado Programa que se enquadre ao perfil da vaga disponibilizada.

Anão observância das regras do PRO-TRABALHO implica inadimplemento contratual e possibilita a extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, além da aplicação das sanções legais.

6. MODELODEGESTÃODOCONTRATO

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual n° 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal n° 14.133/2021).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento

contemporâneo à sua ocorrência.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.

Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

O prazo de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOSDERECEBIMENTODOOBJETO,LIQUIDAÇÃOEPAGAMENTO

RECEBIMENTODOOBJETO

Recebimentoprovisório

O objeto do Contrato será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (dias) dias, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inc. I, "a", da Lei Federal n° 14.133/2021).

O prazo de que trata este subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da contratada com a comprovação da execução do objeto a que se referea parcela a ser paga.

A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal n° 14.133/2021).

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art.140, §1ºdaLeiFederalnº14.133/2021).

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art.

144daLeiFederalnº14.133/2021,emconsonânciacomosindicadoresquedeverãointegrar esteTR/Habilitaçãocomoanexo,encaminhando-oaogestordoContrato.

A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

Recebimentodefinitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, observados os seguintes procedimentos (art. 140, inc. I, "b" da Lei Federal n° 14.133/2021):

a) emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos nos termos do Decreto nº 23.059/2024, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

b) análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à contratada por escrito, as respectivas correções;

c) emissãodetermodetalhadoparaefeitoderecebimentodefinitivodosserviços,combasenos relatórios elaborados e documentações apresentadas;

d) comunicação à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e) envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

f) exigênciade apresentação pela contratada do Relatório "*AS BUILT*", no caso de obras e serviços de engenharia.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimentodas exigências contratuais.

Orecebimentoprovisóriooudefinitivonãoexcluiráaresponsabilidadecivilpelasolidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §§2° e 6º da Lei Federal n° 14.133/2021).

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

LIQUIDAÇÃO

Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração,no**prazode 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por até **10 (dez) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

PAGAMENTO

Prazoparapagamento

O pagamento será efetuado no**prazode 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

Formadepagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicadanestesubitem,deveráarcarcomoscustosdetransferênciasbancárias,osquaisserão deduzidos dos pagamentos devidos.

A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação,inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à

eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.

d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicadanoDiárioOficialdaUniãoearquivadanaJuntaComercialdaunidadefederativaonde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.

f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivodafilial,sucursalouagênciadasociedadesimplesouempresária,respectivamente,noRegistro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Osdocumentosapresentadosdeverãoestaracompanhadosdetodasasalteraçõesou da consolidação respectiva.

Habilitaçãofiscal,socialetrabalhista

a) provadeinscriçãonoCadastroNacionaldePessoasJurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) provaderegularidadecomoFundodeGarantiadoTempodeServiço(FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-Ada Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual n° 14.634/2023.

As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciadoefavorecidoprevistonaLeiComplementarn°123/2006,deverãoapresentartodaa documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

HabilitaçãoEconômico-Financeira

Habilitaçãodispensadadevidoacontrataçãoparaaprestaçãodeserviçoseráimediata.

Disposiçõesgerais

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Regrasacercadaparticipaçãodematrizefilial:

a) seolicitanteforamatriz,todososdocumentosdevemestaremnomedamatriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou dacontratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

d) seolicitanteparticipardocertameapresentandoosdocumentosdehabilitaçãoequalificação damatrizedesejarexecutaroContratopelafilial,ouvice-versa,deveráfazerprova,porocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado,a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste TR/Habilitação.

Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVADEVALORDACONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação é de R$ 69.329,00 (sessenta e nove mil e trezentos e vinte e nove reais), conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global (x) abaixo ( ) emanexo,osquaiscorrespondem**ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.**

LOTE/ ITEM	CódigoSIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇOUNITÁRIO	PREÇOGLOBAL	DEGRAU
1	03.33.21.00003072-4	APOIO A COLETA SELETIVA, aos catadores/ de materiais recicláveis em coleta seletiva.	Unidade	1	R$69.329,00	R$69.329,00	
				VALORESTIMADOTOTAL		R$69.329,00	

10. ADEQUAÇÃOORÇAMENTARIA

As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UnidadeFIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
3.21.101				5914
Região/planejamento	Naturezadadespesa	Destinaçãodorecurso	Tipoderecursoorçamentário	
	33.90.39			

11. PRAZOPARAASSINATURADOCONTRATO

O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de FornecimentodeMaterial-AFMouAutorizaçãodePrestaçãodeServiços–APS,seráde**10(dez)diasúteis.**

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

Aassinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal n° 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

12. ANEXOSINTEGRANTESDOTR/HABILITAÇÃO

Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021):

(x)EstudoTécnicoPreliminar,quandocabível.

GOVERNO DO ESTADO DABAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

Salvador, 18 de Junho de 2025.

AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE

Annmone Santos da Paz

ANNMONE SANTOS DA PAZ
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DO ESTADO DA BAHIA - CATA BAHIA

Testemunhas
CPF: 022.819.725-02
CPF:

2025

PROJETO SÃO JOÃO SOLIDÁRIO DAS CATADORAS E CATADORES DE RUA DE SALVADOR, PELOURINHO, 2025



De Catador de Rua para Catador de Rua

Garantia de direitos e inclusão no São João de Salvador

PROPONEN

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADO

CATA BAHIA

CATABAHIA

Sumário

1. Ficha Técnica do Projeto
2. Perfil da Federação
3. Justificativa
   3.1. Nova Ordem Jurídica para Garantia de Direitos às Pessoas em Situação de Rua na Bahia e no Brasil
4. A Experiência do Carnaval aplicada ao São João.
5. Objetivos
6. Beneficiários
7. Atividades
8. Metas
9. Relatórios de Impactos Socioambientais
10. Prazo de Execução
11. Orçamento

1. FICHA TÉCNICA DO PROJETO

1.1 TÍTULO

PROJETO SÃO JOÃO SOLIDÁRIO DAS CATADORAS E CATADORES DE RUA DE SALVADOR 2025: De Catador de Rua para Catador de Rua - Garantia de direitos e inclusão no São João de Salvador

1.2 MUNICÍPIO E LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Município de Salvador, Estado da Bahia, com atuação no São João do Pelourinho

1.3 PERÍODO DE EXECUÇÃO (duração em meses)

06 (seis) meses

1.4 TIPO DE COMUNIDADE BENEFICIADA

Economia Solidária – Pessoas em situação de rua que exercem a atividade laboral de *Catadoras e Catadores* de Materiais Recicláveis *(Catadores/as de Rua)*

2. PERFIL DA FEDERAÇAO

2.1 RAZÃO SOCIAL E SIGLA:

Federação das Cooperativas de Catadores do Estado da Bahia Rede Cata Bahia

Data de fundação: 16/05/2017
CNPJ: n° 27.740.544/0001-46
Endereço: Rua Almeida Brandão, 54, 10º Andar, Plataforma, Salvador Bahia
Tipo de organização: Empreendimento de Economia Solidária - Cooperativa

2.2 EXPERIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS

A Federação dos Catadores da Bahia, mais conhecida por Cata Bahia, possui experiência relevante no processo de mobilização e organização de catadores na cidade de Salvador, além de se constituir enquanto entidade de articulação político-social do segmento de Catadores/as de Rua, na luta por equidade de direitos e justiça social.

No que diz respeito a execução de projetos correlatos, em parceria ou colaboração com os poderes públicos estadual e municipal, o Cata Bahia apresenta abaixo um resumo de sua experiência, de modo a contribuir com o acolhimento desta proposta:

CURSO DE EXTENSÃO
POP RUA GARANTIA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

- **Instituições Parceiras** – **UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA e ASSOCIAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA**
- **Projeto Desenvolvido** – "curso de extensão "População em Situação de Rua: Visibilidade, Interseccionalidades Garantia de Direitos e Acesso à Justiça na Bahia" (2024.02)
- **Financiamento Público** – Sim, com gestão de recursos e execução da Universidade do Estado da Bahia, em parceria com o Cata Bahia, que compôs a equipe de formadores/as do curso e contribuiu na definição de metodologia e abordagens pedagógicas.

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

- **Órgão Parceiro** - **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO ESTADO DA BAHIA**
- **Projeto Desenvolvido** – "Carnaval Solidário de Salvador Edição 2024: De catador para catador"
- **Financiamento Público** – Sim, com gestão de recursos e execução do Cata Bahia

RUA
Fundação Tide Setubal
benfeitoria

- **Ente Parceiro** - **FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL / BENFEITORIA**
- **Projeto Desenvolvido** – "Projeto Cata Rua"
- **Financiamento Privado** – Sim, com gestão de recursos e execução do Cata Bahia, para "promover ações integradas com o intuito de conhecer, capacitar e organizar uma rede de catadores de rua em situação de vulnerabilidade extrema em Salvador/BA, propondo soluções de mobilização social, articulação de parcerias, organização econômica e inserção de tecnologias inovadoras para melhorar as condições de renda e trabalho".

Defensoria Pública
do Estado da Bahia

- **Órgão Parceiro** - **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**
- **Projeto Desenvolvido** –Pesquisa sobre a precarização das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis desorganizados nas ruas de Salvador: subsídios para a construção de políticas públicas de defesa dos direitos
- **Financiamento Público** – Sim, com gestão de recursos pela Defensoria estadual para a execução ampla do projeto

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

GOVERNO DO ESTADO

- **Órgão Parceiro** - **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO ESTADO DA BAHIA**
- **Projeto Desenvolvido** – "Carnaval Solidário de Salvador Edição 2020: De catador para catador"
- **Financiamento Público** – Sim, com gestão de recursos e execução do Cata Bahia

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

ambev

- **Instituição e Empresa Parceiras** – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E AMBEV**
- **Projeto Desenvolvido** – "Carnaval Solidário de Salvador Edição 2019: De catador para catador"
- **Financiamento** – Sim, com gestão de recursos parcial e execução do Cata Bahia



- **Projeto Desenvolvido** - 1º Seminário de Mobilização dos Catadores de Rua
- **<u>Instituições Parceiras</u>** – Inúmeras, entre entes públicos, associativos (de classe) e privados, indicados no card
- **<u>Financiamento</u>** – Sim, na modalidade apoio direto, com ações e entregas conferidas pelas organizações parceiras para a viabilização do evento.





Fotos Seminário de Catadores de Rua de Salvador

3. JUSTIFICATIVA

O apoio solicitado pelo Cata Bahia ao Governo do Estado da Bahia, através da SETRE, para fins de execução do presente projeto, figura como um elemento de contribuição para o cumprimento do que dispõe a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), sobre a promoção dos direitos humanos de pessoas em situação de rua ao trabalho, com destaque para o fomento e apoio à renda.

Esta proposta considera o momento do São João em Salvador (BA) como uma oportunidade para o segmento populacional beneficiado, direcionado para as populações mais vulnerabilizadas, como é o caso das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis em Situação de Rua.

A presente proposta encontra sua fundamentação na importância de uma intervenção planejada durante o período do São João.

Os principais pontos que embasam essa proposta incluem:

a) **Garantia de subsistência por um período estendido**

A renda obtida pelos catadores durante os dias de São João desempenha um papel no suporte às catadoras e catadores, além de suas famílias, garantindo a sobrevivência básica por cerca de 30 dias. Este intervalo permite que eles enfrentem períodos de menor oportunidade econômica com maior estabilidade, reduzindo a vulnerabilidade e o risco de insegurança alimentar. Ademais, a atuação no período do São João proporciona uma oportunidade regularmente não conferida, bem como se apresenta como um estímulo para que as catadoras e catadores comecem a vislumbrar caminhos mais sustentáveis e planejados para sua atuação profissional.

b) **<u>Caráter de Consolidação do trabalho que já vem sendo feito em outros eventos</u> – Mudança na comercialização dos materiais recicláveis**

As catadoras e catadores em situação de rua terão a chance de vender diretamente para as indústrias recicladoras ou para grandes atacadistas, rompendo com estruturas tradicionais de intermediação que historicamente exploravam seu trabalho. Essa experiência não é apenas economicamente vantajosa, pois elimina a perda de aproximadamente 50% do valor agregado devido aos atravessadores, mas também proporciona um senso de libertação e empoderamento. A intenção é de que esta experiência continue a despertar a consciência sobre o poder da coletividade e a importância da organização em grupo, transformando a experiência em um ponto de partida para processos mais amplos de organização coletiva. O projeto inclui, ainda, a remuneração justa pelo serviço de coleta seletiva, garantindo um retorno econômico que reflete o real valor de seu trabalho.

c) **Acompanhamento e capacitação pós-evento com o apoio da UNEB**

O impacto do São João vai além dos dias de trabalho intensivo nas ruas, na coleta de materiais recicláveis. Após o evento, os catadores são inseridos em processos de capacitação e acompanhamento promovidos por lideranças da Federação, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, que buscarão consolidar as conquistas alcançadas e oferecer ferramentas práticas para a gestão do trabalho, fortalecimento da representação social e promoção da autonomia. Esses esforços resultam em uma estruturação mais sólida da categoria, pavimentando o caminho para um modelo de trabalho mais justo e sustentável.

O apoio da Universidade do Estado da Bahia na proposta pedagógica e execução de momento formativo após o São João, com catadoras e catadores de rua, é uma construção política do Cata Rua desenvolvida com o curso de Direito do DCHT XIX da aludida Universidade, responsável pela execução de curso de extensão sobre novos direitos das populações em situação de rua em 2024.

Encontra-se em desenvolvimento uma rede de colaboração entre esta Universidade, o Cata Bahia, o MNPR – Bahia, o Colaboratório Nacional de População em Situação de Rua na Bahia (FIOCRUZ) e o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (UFMG). Esta rede será um dos diferenciais para a análise da experiência desenvolvida pelo Cata Bahia no carnaval de Salvador, através da execução deste projeto, na medida em que permitirá – além de uma escuta qualificada e humanizada das catadoras e catadores pós-festejos, a identificação, de maneira conjunta dos desafios para o aperfeiçoamento da prática, bem como possíveis necessidades de ajustes na relação entre o poder público financiador (SETRE) e a organização da sociedade civil (Cata Bahia) a bem dos interesses da população em situação de rua que atua como catadoras e catadores.

Garantia de condições dignas de trabalho durante o evento

O projeto em questão também se mostra como um elemento diferencial, em prol da garantia de dignidade das pessoas em situação de rua no período de festa. Diz-se isso porque a coleta de materiais recicláveis é uma das atividades das mais executadas pelas pessoas em situação de rua, com o intuito de assegurar a sua sobrevivência no mínimo existencial. Considerando a realização do São João na Região do Pelourinho, e o volume razoável de pessoas que participam das festas, com consumo de bebidas alcóolicas e não alcóolicas, a coleta de materiais recicláveis – principalmente latinhas - ganha amplitude mas, na maioria dos casos, prossegue sua execução em condições indignas e perigosas.

Neste sentido, a proposta aqui apresentada figura enquanto importante apoio para uma parcela significativa de pessoas em situação de rua que exercerão o ofício de catadoras e catadores nos festejos juninos. Nos termos deste projeto, setenta pessoas poderão exercer o seu ofício, com o apoio estrutural, incluindo-se uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) – compostos por botas, luvas e protetores auriculares – e materiais necessários para a coleta,

como sacos de ráfia para itens recicláveis (latinhas, garrafas PET e plásticos) e big bags para o armazenamento seguro e eficiente do material coletado. Tais medidas visam proteger a saúde e o bem-estar dos catadores, ao mesmo tempo em que otimizam a qualidade e a eficiência do trabalho realizado.

Nova Ordem Jurídica para Garantia de Direitos às Pessoas em Situação de Rua na Bahia e no Brasil

Além das justificativas acima discorridas, é fundamental que a proposta em questão seja analisada por esta SETRE, na condição de uma iniciativa diferenciada, por garantir apoio necessário para que – a partir da experiência do Cata Rua neste São João– setenta pessoas em situação de rua que exercem o ofício de catadoras e catadores possam ter acesso à renda e estímulo ao trabalho digno, nos termos descritos e com o grau de prioridade estabelecida pela Lei Federal nº 14.821/2024, que instituiu a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua.

Este grupo populacional conhecido como "Pop Rua", é composto por pessoas e grupos com marcadores sociais distintos, havendo, porém, alguns que servem como pontos de definição da maioria: predominância de pessoas pretas e pardos, além de indígenas e pessoas ciganas, em diferentes cidades brasileiras, com ênfase para as baianas; o entrelaçamento de inúmeros fatores de exclusão, os quais vulnerabilizam, de maneira sistemática e cumulativa, os que nesta situação se encontram, dificultando a superação.

No Brasil, em 2023, através do julgamento do ADPF 976, o STF reconheceu o *Estado de Coisa Inconstitucional do Estado Brasileiro* com relação às pessoas em situação de rua. Em sua decisão, o STF também determinou que o governo federal, Estados e Municípios devem adotar medidas para garantir a segurança e os direitos das pessoas em situação de rua. Em cumprimento a esta decisão, o Governo Federal aprovou o plano *Ruas Visíveis - Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua*, o qual tem sido aderido por diferentes unidades federativas, inclusive a Bahia. Nele consta uma ampliação da responsabilidade atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como aos órgãos correlatos na esfera dos Estados, como é o caso desta SETRE. E, na linha das medidas de integração, devem ser destacadas as de apoio aos catadores e catadoras, seja numa perspectiva de qualificação para o trabalho, seja na de apoio direto à acesso a renda, como é o caso da proposta aqui analisada.

No que diz respeito ao alcance e vinculação da Lei Federal nº 14.821/2024 – PNTC Rua, aos objetivos da presente proposta, cumpre destacar que a referida legislação criou um microssistema jurídico-administrativo de fortalecimento da dignidade e garantia de direitos às pessoas em situação de rua, a partir do trabalho, emprego e renda como um *direito humano* inalienável. O próprio título da norma confere um direcionamento à vocação laboral, ao invés da perspectiva assistencial/assistencialista, que ainda é a dominante quando se trata das questões relacionadas a este público prioritário.

De acordo com a nova ordem jurídica, as Pastas dos Poder Executivo da União e dos Estados alusivas ao *trabalho e emprego* passarão a protagonizar o processo de desenho estratégico e de concessão de entregas objetivas, com financiamento público, para fins da emancipação social das pessoas em situação de rua. A realização e o apoio a projetos destinados à inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis é um dos pontos abordados pela norma, o qual se coaduna perfeitamente à proposta aqui apresentada. Neste sentido, o Cata Bahia espera que esta SETRE leve em consideração a adequação do projeto às prioridades normativas e à definição de obrigações jurídico-administrativas firmada pelo STF aos órgãos e entes públicos, de modo a possibilitar que duzentas pessoas em situação de rua, na Bahia, tenham suas vidas melhoradas a partir do apoio material, social, político e educacional que obterão a partir do exercício de suas atividades finalísticas, sob guarida deste projeto.

Pelos motivos apresentados, a presente proposta mostra-se como iniciativa de relevância jurídica, política e com entregas sociais substantivas, de modo a contribuir com o aprimoramento de ações de Estado em prol do público prioritário – pessoas em situação de rua que exercem o ofício de catadoras e catadores. Ademais, mostra-se adequada aos objetivos institucionais desta SETRE, o que não passará despercebido quando da análise técnica e da própria assessoria jurídica do Estado (PGE).

Ademais, este projeto se apresenta como uma ferramenta em continuidade para assegurar, de maneira perene e em escala de tempo de maior alcance, que se estabeleça uma construção de ordem estruturante, na relação entre as organizações da sociedade civil e o Governo do Estado da Bahia, em benefício dos interesses dos catadores e catadoras de rua. Repise-se que o interesse maior da entidade proponente (Cata Bahia) é o de fomentar não somente a sobrevivência do público destinatário em curto prazo, mas também a criação de um caminho sustentável para sua organização, autonomia e fortalecimento coletivo. Para fins desta proposta, identifica-se que as demais etapas consignadas neste projeto, com destaque para a capitação pós-evento, a ser realizada em parceria com a UNEB e outras instituições, servem como motivadores de conquistas de fortalecimento coletivo, de autonomia e dignidade em médio e longo prazo.

Por último, destaca-se que este é um projeto que impacta não apenas os indivíduos envolvidos, mas a sociedade como um todo, ao promover justiça social e ambiental, que são objetivos maiores a serem considerados na análise de seu conteúdo.

4. A EXPERIENCIA NO CARNAVAL DESTE ANO.

O caráter sólido, responsável e o reconhecimento social do trabalho desempenhado pelo Cata Bahia na execução de projetos correlatos é algo que fortalece a pretendida aprovação desta proposta.

Um exemplo disto ocorreu no Carnaval deste corrente ano de 2025, por exemplo, quando superamos as expectativas de atingir 200 catadores, tendo sido atingidos 459, o que representa 229,5% do previsto.

5. OBJETIVOS PARA O SÃO JOÃO DE 2025

Objetivo Geral

Apoiar a autogestão das catadoras e catadores em situação de rua, através do inclusão social e econômica de 70 catadoras e catadores, para fins de assegurar a coleta de materiais recicláveis durante o São João de 2025, através de execução finalística do Cata Bahia e organização logístico-metodológica de central de triagem, de maneira a possibilitar o acesso à renda, o fomento à inserção socioprodutiva, além de educação em direitos Pop Rua, respeitadas as condições dignas de trabalho e a comercialização direta dos materiais à indústria recicladora.

Objetivos Específicos

- Dignificar as condições de coleta dos catadores de rua de Salvador através do fornecimento de condições adequadas de trabalho durante o São João fornecendo e orientando o uso adequado de EPI´s e uniforme.
- Sistematizar o cadastro dos 70 (setenta) catadores e catadoras de rua diretamente beneficiários.
- Realizar o pagamento do serviço de coleta do material reciclável através de diárias de coleta, fortalecendo os conceitos de inclusão do segmento contidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Acompanhar os catadores após o evento do São João com ações de formação em educação em direitos humanos, fortalecimento de sua atuação social, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia e outras entidades;
- Possibilitar o registro da experiência e cobertura de mídia (redes sociais), possibilitando a difusão do trabalho desenvolvido pela entidade executora, catadoras e catadores de rua, para fins de potencialização de sua prática e desenvolvimento de novas parcerias; que possibilitem a inclusão social, acesso trabalho e renda, capacitação profissional e execução de novos projetos, além da própria fiscalização e controle social da prática apoiada.

6. BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários diretos desta proposta serão 70 catadores de materiais recicláveis desorganizados, que trabalham sem nenhuma diretriz e vivem as margens da exploração e até escravidão por dívida nas mãos dos atravessadores

7. ATIVIDADES PREVISTAS

- Planejamento das Ações com definição de papeis e responsabilidades
- Aquisição de Insumos
- Preparação dos Instrumentos de controle de peso, fichas de cadastramento
- Cadastramento dos Beneficiários
- Entrega dos EPI´s
- Pagamento das Diárias
- Coleta do Material
- Logística de Coleta até a Central de Triagem da cooperativa
- Pesagem do material e ticket de controle
- Sistematização dos Resultados Socioambientais
- Formação em Educação em Direitos Pop Rua e Acompanhamento pós Carnaval;
- Cobertura de mídia (redes sociais) e registro fotográfico das atividades desempenhadas.

8. METAS

Meta 1 –Cadastro e planilhamento dos beneficiários

O Cata Bahia elaborará cadastro de pessoas beneficiárias diretamente com esta ação, compondo banco de dados com informações pessoais e outras (auxiliares ao desempenho da tarefa em sua dinâmica de rua), das catadoras e catadores em situação de rua que irão trabalhar na Operação do São João 2025 em Salvador, a partir do projeto em questão.

Meta 2 – Dignificação das Condições de Trabalho dos Catadores

O projeto realizará o fornecimento de fardamento e equipamento de segurança individual para realização da coleta de material durante as festas juninas.

Serão disponibilizados KIT de Bermudas/Short, Camisa, Boné, EPI (composto por bota com solado de PVC, luva de raspa e de látex e protetor auricular),

Para fins da execução desta meta, o Cata Bahia promoverá atividade de cunho instrucional, de maneira a conscientizar o público participante sobre a importância do uso do EPI, para garantir a segurança no trabalho e a melhoria dos níveis de eficiência.

Meta 3 – Beneficiamento de 70 catadores de rua com pagamento de diárias pela prestação do serviço de coleta

Esta meta visa garantir que 70 catadores de rua sejam beneficiados diretamente durante o período do São João, por meio do pagamento de diárias justas pela prestação do serviço de coleta seletiva. Essa ação não apenas promove a valorização financeira imediata do trabalho realizado, mas também assegura uma fonte de renda digna, essencial para o sustento das famílias dos catadores. Além disso, ao formalizar a remuneração pelo serviço, a iniciativa reforça a importância do trabalho como parte fundamental na cadeia de reciclagem, promovendo a inclusão social e econômica desses trabalhadores em um contexto de elevada demanda por serviços de limpeza urbana e reaproveitamento de resíduos recicláveis.

Meta 4 – Acompanhamento, formação e organização social dos beneficiários após a ação do São João:

Após o término do São João, os beneficiários serão acompanhados e inseridos em processos de formação e organização social, com o objetivo de consolidar os avanços alcançados durante o evento. Essa etapa envolve capacitações focadas no fortalecimento da gestão coletiva, no aprimoramento das habilidades técnicas e na construção de uma identidade coletiva voltada para a organização autônoma e representativa dos catadores. O acompanhamento contínuo também busca estimular a participação em redes e cooperativas, promovendo a autonomia dos catadores e garantindo sua inclusão em espaços de representação social e econômica. Dessa forma, a meta contribui para a construção de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável do grupo, ampliando os impactos positivos para além do período carnavalesco.

Meta 5 – Cobertura de mídia (redes sociais) e registro fotográfico das atividades desempenhadas

O Cata Bahia contratará uma profissional de comunicação, para fins de possibilitar o registro da experiência e cobertura de mídia (redes sociais), possibilitando a difusão do trabalho desenvolvido pela entidade executora, catadoras e catadores de rua, para fins de potencialização de sua prática e desenvolvimento de novas parcerias; que possibilitem a inclusão social, acesso trabalho e renda, capacitação profissional e execução de novos projetos, além da própria fiscalização e controle social da prática apoiada.

9. RELATÓRIOS DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Serão emitidos relatórios socioambientais para que se possa divulgar a iniciativa para a sociedade como um todo. Seguem abaixo alguns indicadores possíveis de serem exemplificados

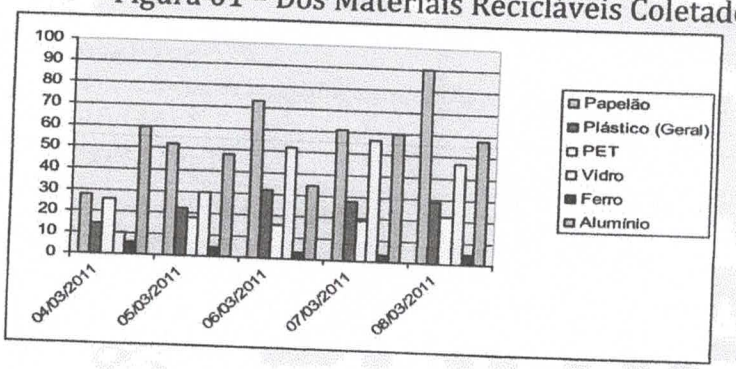
Tabela 01 – Volume de Materiais Recicláveis Coletados (exemplo)

Materiais Recicláveis Coletados						
Dias	Papelão	Plástico (Geral)	PET	Vidro	Ferro	Alumínio
04/03/2011	28	14	26	10	6	60
05/03/2011	52	22	18	30	4	48
06/03/2011	73	32	16	52	3	35
07/03/2011	61	28	19	57	3	60
08/03/2011	90	29	22	47	5	58
TOTAL (KG) POR MATERIAL	304	125	101	196	21	261

OBS.: Os valores expressos referem-se Kg.

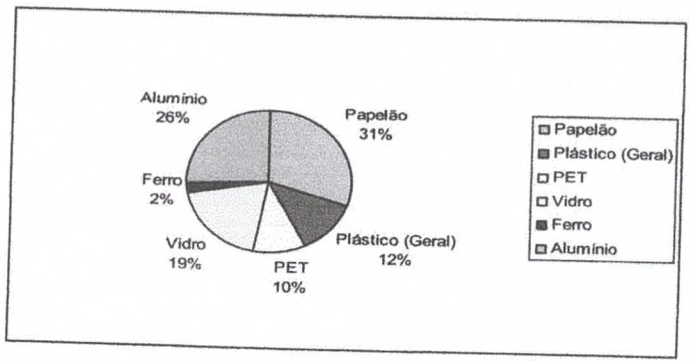
Na Figura 01, dos materiais recicláveis coletados / dia, os resultados foram apresentados em gráfico, tipo barras, para melhor comparação e visualização dos materiais / volume coleta por dia.

Figura 01 – Dos Materiais Recicláveis Coletados / dia.



Na Figura 02 está representado o volume total de materiais recicláveis coletados / por tipo de materiais para conhecimento do percentual coleta por tipo de materiais. Nesta figura destaca-se que o predomínio dos materiais coletados foram entre o papelão e o alumínio, o somatório de ambos supera mais de 50% do total dos materiais coletados

Figura 02 – Total dos Materiais Recicláveis Coletados / Porcentagem.



A Tabela 02, que segue, traduz a quantidade do volume, dos recursos naturais, poupado assim como, a perspectiva equivalente de consumo

.

Tabela 02 – Economia de Recursos Naturais – Kg (EXEMPLO)

RECURSO POUPADO	QUANTIDADE	EQUIVALENCIA DE CONSUMO
ENERGIA (KWh) [1][2][3][4][5]	6,78	4,31 pessoas/ano [6]
ÁGUA (m^3) [2]	29,88	0,33 pessoas/ano [7]
PETRÓLEO (barril) [1]	2,18	0,52 pessoas/ano [8]
ÁRVORE (um) [5]	9,12	0,01 campos do Maracanã [9]
AREIA (kg) [4]	0,05	
BAUXITA (kg) [3]	1,31	
MINÉRIO DE FERRO (kg) [3]	0,02	
CARVÃO MINERAL (kg) [3]	0,00	

Fonte: 1) IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas; 2) SBRT - Serviço Brasileiro de Respostas Tecnicas - SBRT501; 3) PUC - Paraná - Educação Ambiental/Beneficios da Reciclagem; 4) WEB-RESOL - curiosidades / ABIVIDRO; 5) AMBIENTEBRASIL - Resíduos Sólidos; 6) Eletrobras e IBGE; 7) MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia; 8) Agência Nacional do Petróleo – ANP / Portal Naval - Tabelas de Conversão Petróleo e Gás; 9) Embrapa - Cultivo do Eucalipto

10. PRAZO DE EXECUÇÃO: SEIS MESES

11.ORÇAMENTO:

Coordenador/a	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Assistente de Coordenação	4	R$ 1.400,00	R$ 5.600,00
Agentes de Mobilização	3	R$ 1.200,00	R$ 3.600,00
Material de Consumo - Big Bags	70	R$ 25,00	R$ 1.750,00
Material de Consumo - Saco de Rafia	70	R$ 4,70	R$ 329,00
Bolsa catador para cooperados que darão plantão nas centrais	8	R$ 1.150,00	R$ 9.200,00
Equipe de Segurança para as Centrais	1	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Fradamento e epi's	70	R$ 75,00	R$ 5.250,00
Frete de veículo de grande porte com motorista e diesel	1	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Bolsa catador avulso	280	R$ 120,00	R$ 33.600,00
Comunicação e divulgação	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
		TOTAL GERAL	**R$ 69.329,00**

Atenciosamente,

ANNEMONE SANTOS DA PAZ
Presidente

de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 100.000,00 (cem mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Gercilane Santos Dias - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 027/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0002821-14. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: COOPERATIVA DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLAGEM EM GERAL DA BAHIA CRG. Dispensa de Licitação n. 016/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João, no município de Salvador. Rua Ladeira do Carmo, n°57, Centro Histórico. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 193.447,00 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Rodeval Santos De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 029/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0003097-64. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E CATADORAS E COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE AMARGOSA - ACASMARC. Dispensa de Licitação n. 018/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João de Amargosa - Praça da Bandeira, S/N, centro. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Eduardo Fernandes De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 031/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0003096-83. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES, COLETORES, AGENTES AMBIENTAIS, LIMPEZA, COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DA BAHIA - ASCBAHIA. Dispensa de Licitação n. 020/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João, no município de Aiquara, na Praça da Feira, S/N, centro. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 19.870,00 (dezenove mil oitocentos e setenta reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Carlos Marcos Souza De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 032/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0002839-43. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA BAHIA - REDE RECICLA SALVADOR RECICLA BAHIA. Dispensa de Licitação n. 021/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João de Castro Alves -Praça da liberdade, S/N, Centro, Cruz das Almas - Avenida Getúlio Vargas, S/N, Centro, Santo Antônio de Jesus - Rua Misael Maia Matos, S/N, Centro, Barreiras - Barreiras Rua Nova, S/N, Centro e Itaitê, Praça da Orla, circuito Tamanduá, S/N. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 434.925,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte cinco reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e João Paulo De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 033/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0002858-14. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: COOPERATIVA DE CATADORES RECICLA JEQUIÉ - COOPERJE. Dispensa de Licitação n. 022/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João de Jequié - Rua Gerônimo Sodré, n°38, Casa da Cultura Pacifico Ribeiro, Centro. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 100.000,00 (cem mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Zenaide De Oliveira Almeida - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 034/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0002887-41. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO TERRITÓRIO NORTE DE ITAPICURU - COOPERATIVA DOS CATADORES PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU. Dispensa de Licitação n. 023/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João de Senhor do Bonfim - Travessa Roberto Santos, n°684, Bairro Tomaz Guimarães. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 200.600,00 (duzentos mil e seiscentos reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Washington Nascimento Ferreira De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 035/2025

Processo SEI n. 021.2141.2025.0002222-13. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DO ESTADO DA BAHIA - CATA BAHIA. Dispensa de Licitação n. 024/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João, no município de Salvador, esquina da Rua Guedes de Brito, Pelourinho, S/N. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 69.329,00 (sessenta e nove mil trezentos e vinte e noves reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Annmone Santos Da Paz - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 036/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0003092-50. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS AGENTES ECOLÓGICOS DO PARAGUARY - COOPERAGUARY. Dispensa de Licitação n. 025/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João de Salvador - Avenida Luis Viana Filho, n° 1590, Itapuã e Praça João Martins, Paripe, S/N. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 804.000,00 (oitocentos e quatro mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Edmundo Góes - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 037/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0003335-50. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL REUTILIZÁVEL E RECICILÁVEL DE INHAMBUPE - BA - COOCAI. Dispensa de Licitação n. 026/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João, no município de Inhambupe, centro, próximo a prefeitura. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Manoel Basilio Oliveira Rodrigues - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 030/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0003091-79. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES, COLETORES, AGENTES AMBIENTAIS, LIMPEZA, COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DA BAHIA - ASCBAHIA. Dispensa de Licitação n. 019/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São João, no município de Ibirataia, na Praça 7 de setembro, S/N, centro. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 19.870,00 (dezenove mil oitocentos e setenta reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Carlos Marcos Souza De Jesus - representante da Contratada.

RESUMO DO CONTRATO N. 028/2025

Processo SEI n. 021.2129.2025.0002950-11. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS E CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS DE ITABUNA - AACRRI. Dispensa de Licitação n. 017/2025. **OBJETO:** COLETA SELETIVA no São Pedro, no município de Itabuna, Avenida Princesa Isabel, Bairro São Caetano, próximo a prefeitura. **PRAZO:** será de 06 (seis) meses, a contar da data da sua assinatura. Preço: R$ 100.000,00 (cem mil reais). Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Fonte	PAOE	Natureza de Despesa	Unidade Gestora
3.21.101- APG	0.128 / 0.100	5914	33.90.39.00	0007 - SESOL

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos De Oliveira - Secretário da SETRE e Clarissa Araújo Santos - representante da Contratada.

RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2021

Processo SEI n. 021.2111.2025.0002815-47. Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 013/2021, por mais 120 (cento e vinte) dias, com efeito inicial a partir de 21.06.2025. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	PROJ/ATIV.	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE GESTORA
3.21.101 - APG	0.100	2002	33.90.40.000	0003 - DA

CÓPIA - Consulte informação oficial em www.dool.egba.ba.gov.br